

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 19 de dezembro de 2004, das 9:00 às 13:00 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8:00 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.

**Prova Objetiva - III EXAME DE ORDEM / 2004
28.11.2004**

ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB

1. O “caput” do art. 24, do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil estatui que o substabelecimento do mandato com reservas de poderes é ato pessoal do advogado da causa. Porém, o parágrafo único desse mesmo artigo impõe uma restrição protetora ao cliente na hipótese do substabelecimento do mandato sem reservas de poderes. Assinale a alternativa que corresponda a essa restrição:
 - () a) O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente;
 - () b) O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes exige, apenas, o prévio conhecimento do cliente;
 - () c) O substabelecimento do mandato sem reservas de poderes exige, somente, o inequívoco conhecimento do cliente;
 - () d) É impossível substabelecer o mandato sem reservas de poderes.

2. O caput do art. 2º do Código de Ética ensina que a dupla característica do advogado é a função pública e o ministério privado. A função pública é reforçada no art. 5º, da mesma regra jurídica que preceitua ser a advocacia incompatível com qualquer procedimento de mercantilização. Considerando essas premissas éticas, assinale a alternativa correta:
 - () a) Sociedade de advogados está autorizada ao saque de duplicatas, todavia, os advogados autônomos não;
 - () b) O saque de duplicatas é permitido a sociedades de advogados, bem como, aos advogados autônomos;
 - () c) O saque de duplicatas não é autorizado quer para as sociedades de advogados, quer para advogados autônomos;
 - () d) Os advogados autônomos estão autorizados ao saque de duplicatas, entretanto, as sociedades de advogados não.

3. As faculdades de direito ensinam que a cláusula honorária denominada *quotas litis* é a mensuração do valor do honorário em pecúnia, sobre o ganho da causa. Na verdade um percentual sobre o ganho da causa. Considerando este comando, assinale a alternativa certa:
 - () a) Inexiste restrição para a modalidade honorária *quotas litis*;
 - () b) O valor honorário representado pela adoção da cláusula *quota litis*, acrescido dos honorários de sucumbência não podem ser superiores às vantagens advindas em favor do

- constituente ou cliente;
- () c) O percentual da *quota litis* não pode ultrapassar 20% do valor da causa;
- () d) O percentual da *quota litis* não pode ser inferior a 20% do valor da condenação.
4. Também é ensinado pelos professores dos cursos de direito que os estagiários inscritos na OAB, isoladamente, assinar petições de juntadas de documentos a processos judiciais ou administrativos. Quanto a representação extrajudicial do estagiário inscrito na OAB, assinale a alternativa correta:
- () a) Ao estagiário é dispensada a representação;
- () b) O estagiário só pode atuar se constar na procuração outorgada a algum advogado;
- () c) A representação do estagiário se dá por substabelecimento ou autorização do advogado;
- () d) O estagiário não pode exercer atos extrajudiciais.
6. O teor do compromisso que o advogado presta ao se inscrever, originalmente, na OAB retrata a prevalência da função pública sobre o ministério privado da advocacia. Após o compromisso prestado, o bacharel em direito passa à condição de advogado. Assinale qual alternativa contém os artigos que são transcritos na carteira de identidade do advogado:
- () a) 13º e 7º do Estatuto;
- () b) 13º e 7º do Código de Ética;
- () c) 13º e 7º do Regulamento;
- () d) 13º e 7º do Regimento.
7. É sabido que o processo disciplinar inicia-se no Conselho Seccional, depois de instruído é julgado no TED, sendo o Órgão recursal do processo disciplinar julgado pelo TED o próprio Conselho Seccional que instruiu o processo. Quanto ao recurso para o Conselho Federal, assinale a alternativa correta quanto a competência para conhecer do recurso:
- () a) Segunda Turma;
- () b) Primeira Turma;
- () c) Primeira Câmara;
- () d) Segunda Câmara.
8. O artigo 34, da Lei 8.906/94, elenca as condutas tipificadas como infrações disciplinares. Assinale a alternativa que não corresponda a uma infração disciplinar ali elencada:
- () a) Deixar de prestar contas ao cliente;
- () b) Imputar a terceiro fato definido como crime com autorização expressa do cliente;
- () c) Extraviar autos;
- () d) Violar sem justa causa sigilo profissional.
9. O Estatuto prevê como sanções disciplinares a censura, a suspensão, a exclusão e a multa. Assinale a alternativa que está com o comando correto:
- () a) A censura pode ser convertida em advertência;
- () b) A reincidência em infração disciplinar não tem nenhuma repercussão;
- () c) A exclusão é aplicável, obrigatoriamente, no caso de reincidência a infração disciplinar;
- () d) A multa pode ser aplicada até cem vezes o valor de uma anuidade.
10. Assinale a alternativa que contenha o comando certo:
- () a) A OAB não presta serviço público;

- b) O Conselho Federal tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro;
- c) A OAB cobra a contribuição de seus inscritos que são fixados pelo Governo;
- d) A OAB não mantém com Órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

DIREITO CIVIL / PROCESSO CIVIL

Das questões 11 a 30 assinale apenas uma **CORRETA**:

11. As principais funções da Lei de Introdução ao Código Civil são:

- a) Impor a eficácia geral e abstrata da obrigatoriedade, inadmitindo a ignorância da lei vigente;
- b) Desregulamentar o direito intertemporal;
- c) Desregulamentar o direito internacional privado no Brasil;
- d) Regular a existência e eficiência das normas jurídicas.

12. “ Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”.

- a) Verifica-se no texto o planejamento social da norma jurídica;
- b) O legislador considera primordiais valores sociais sobre os individuais, escolhendo claramente uma posição sobre a finalidade social do direito;
- c) Não se atende e nem se considera o fim social da lei;
- d) A função social da lei consoante a Lei de Introdução ao Código Civil não tem similar em qualquer diploma legal.

13. Em tema de direitos de personalidade:

- a) Os direitos de personalidade traduzem alicerce jurídicas com base exclusivamente na doutrina germânica, especialmente após a II Guerra mundial;
- b) Os direitos da personalidade caracterizam-se por serem apenas absolutos e extrapatrimoniais;
- c) Aquelas pessoas portadoras de uma incontrolável compulsão pela amputação de um membro específico de seu corpo, em razão do desconforto de estarem presos em um corpo que não corresponde à verdadeira identidade física que gostariam de ter, denominam-se wannabes;
- d) Os elementos que permitem integrar o nome objetivando distinguir pessoas de uma mesma família com nomes iguais denomina-se cognomes.

14. Quanto aos bens:

- a) Consideram-se bens móveis o direitos à sucessão aberta;
- b) Consideram-se bens imóveis as energias que tenham valor econômico;
- c) O direito de autor é bem móvel;
- d) Os frutos armazenados em um depósito para expedição ou venda são percebidos;

15. Sobre fatos jurídicos e negócio jurídico:

- a) A expectativa de direito é idêntica aos direitos não deferidos;
- b) A confusão é uma das formas de extinção dos direitos;
- c) O Código Civil de 2002 adota a teoria unitária com base na escola alemã;
- d) A finalidade do negócio jurídico está prevista exclusivamente em lei.

16. Sobre a invalidade do negócio jurídico:

- a) O sistema de invalidades do casamento, do processo civil; foge ao regime comum dos negócios jurídicos, regendo-se pelas regras particulares próprias;
- b) O Ministério Público jamais poderá alegar nulidade absoluta;
- c) Os prazos de invalidade do negócio jurídico, quanto aos defeitos, de conformidade com o Código Civil são prescricionais;
- d) A anulabilidade é reconhecida por meio de ação declaratória.

17. No campo das obrigações:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso;
- b) A obrigação de dar coisa incerta corresponde a uma etapa posterior à configuração de dar coisa certa, na medida em que ainda não se conhece individualizadamente a coisa a ser entregue;
- c) A obrigação de fazer tem a subespécie infungível como única possível;
- d) Trata-se da substituição do credor que é pago por aquele que paga a dívida ou fornece a quantia para o pagamento, a isto se chama de imputação de pagamento.

18. Com relação ao direito dos contratos, marque a alternativa correta:

- a) Quando se determina a área do imóvel que se está vendendo e se estipula preço por medida de extensão, estamos falando de venda “ad mensuram”;
- b) Em relação ao contrato de compra e venda é lícito a aqueles que tem o dever de ofício ou por profissão de zelar pelos bens alheios de adquirir estes bens para si;
- c) As partes em momento algum do firmamento do contrato poderão por meio de cláusulas expressas excluir ou diminuir sua responsabilidade pela evicção;
- d) O direito do adquirente de coisa que possua vício redibitório terá direito a somente a rescisão do contrato por meio de ação rescisória, onde deverá reaver a quantia paga pelo bem.

19. Em relação ao direito família, marque a alternativa correta:

- a) No regime de participação final nos aquestos, as dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, obrigam ao outro cônjuge a também arcar com a quitação desta;
- b) O adotante deverá ser no mínimo 14 (quatorze) anos mais velho que o adotado;
- c) O parentesco natural se dará em razão do vínculo entre pessoas de um mesmo tronco ancestral, ligadas umas às outras pela consaguinidade;
- d) A procriação dos filhos hoje em dia não é uma consequência lógico-natural e essencial do matrimônio.

20. Em tema de sucessões, marque a alternativa correta:

- a) A herança pode ser dividida a qualquer tempo, até mesmo antes da partilha caso haja vários herdeiros;
- b) No prazo de 31 (trinta e um dias) a contar da abertura da sucessão, instaurar-se-á o inventário do patrimônio hereditário;
- c) Ao cônjuge supérstite é assegurado o direito real de habitação sobre o imóvel destinado à residência da família;
- d) Poderá ser impugnado em até no máximo 2 (dois) anos a validade do testamento, contados o prazo da data de seu registro.

21. Assinale a resposta correta:

- a) As partes têm o dever de cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais de natureza antecipatória ou final;
- b) Não há necessidade de trânsito em julgado para a cobrança da multa, em razão da gravidade da conduta daquele que não atuou com lealdade processual;
- c) O valor pertinente a indenização a ser arbitrado pelo Juiz será de até 10% sobre o valor da causa.
- d) Existe norma processual que aponte ser a Fazenda Pública destinatária do valor da multa processual, por desrespeito a ética e lealdade processual, praticada pela parte oposta.

22. Considera o texto processual:

“Art. 253 - Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza:

I - quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada;

II - quando, tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores;

Parágrafo único: Havendo reconvenção ou intervenção de terceiro, o juiz de ofício, mandará proceder à respectiva anotação pelo distribuidor”.

Assinale a resposta correta:

- a) A distribuição por dependência é cabível em, qualquer situação processual;
- b) A regra do art. 253, I estabelece a competência do juízo e define critério de prevenção;
- c) O legislador estabeleceu no artigo 253, II dois pressupostos:
 - a - a desistência da ação;
 - b - a reiteração do pedido ainda que em litisconsórcio misto;
- d) O legislador ao introduzir a regra no art. 253, II estabeleceu nova forma de prevenção importando tão somente na distribuição da segunda ação ao mesmo juízo que anteriormente havia homologado a desistência da primeira ação.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) Em sede de recursos é pertinente questionar matéria de ordem pública, mesmo não argüida na instância inferior em grau de apelação;
- b) O recurso é uma fonte de exclusiva obrigação processual;
- c) O juízo ad quem não pode declarar a intempestividade se a parte recorrida não a argüir, no que pertine ao recurso;
- d) Em sede de recurso não se admite o princípio da fungibilidade;

24. Assinale a alternativa correta:

- a) O Juiz verifica conforme Código de Processo Civil, quando da inspeção judicial, pessoas, livros contábeis, bens da parte contrária;
- b) Cabe recurso especial contra acórdão, proferido em recurso ordinário;
- c) Cabe efeito modificativo nos embargos declaratórios, regra geral, sempre que apresentado pelo embargante;
- d) Os embargos declaratórios serão opostos no prazo de 5 (cinco) dias, indicando-se o ponto obscuro, contraditório ou omissivo.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da unicidade recursal é aquele que se manifesta pela impossibilidade de interposição de mais de um recurso contra a mesma decisão;
- b) É admissível o recurso extraordinário quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada;
- c) A execução provisória nos moldes do Código de Processo Civil, alcança, expressamente, no dispositivo legal, a obrigatoriedade de caução;
- d) A propositura da execução, deferida pelo juiz, suspende a prescrição, mas a citação do devedor deve ser feita com a observância do CPC art. 219.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) Em sede de execução provisória da sentença corre por conta e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os prejuízos que o executado venha sofrer;
- b) Verifica-se o instituto da prorrogação da competência apenas quanto aos critérios relativos a territorialidade e matéria;
- c) A competência em razão da matéria e da hierarquia pode ser abrogada por convenção das partes;
- d) Nas ações baseadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro do domicílio do réu.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) São requisitos de admissibilidade de cumulação:
I - Que os pedidos sejam compatíveis entre si; II - Que seja competente para conhecer deles o mesmo juízo; III - Que seja adequado para todos os tipos de procedimento;
- b) O princípio da concentração da causa não tem qualquer ligação com o princípio informativo da oralidade;
- c) O Juiz se vale apenas do critério da persuasão racional na apreciação das provas;
- d) A prova pericial consiste apenas em exame e vistoria.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) A existência de questão federal, de natureza constitucional é pressuposto constitucional de recurso especial;
- b) Em tema de processo cautelar o juiz poderá determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito de outra lesão grave e de difícil reparação;
- c) O arresto cessa apenas pelo pagamento;
- d) A ação rescisória suspende a execução da sentença rescindida.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) A penhora é instituto irreatável;
- b) As modalidades de hasta pública adotada pelo Código de Processo Civil são:
1 - Em praça - Quando se trata de bens imóveis;
2 - Em leilão público -os bens imóveis, com exceção dos títulos cuja alienação couber a corretores de Bolsas de Valores;
3 - Em pregão de Bolsa de Valores - Quando se tratar de títulos emitidos por pessoas

- jurídicas de direito público interno e os que lhe são equiparados;
- () c) A fraude à execução tem como pressupostos o “eventus damni” e o “consilium fraudis”;
 - () d) A existência de questão federal de natureza infra constitucional é pressuposto de recurso extraordinário.

30. Assinale a alternativa correta:

- () a) O prazo para interpor recurso é dilatatório;
- () b) A oposição, oferecida antes da audiência, será apensada aos autos principais e julgada **prioritariamente** em relação a qualquer ação;
- () c) Podem depor como testemunhas todas as pessoas;
- () d) O devedor poderá opor-se à execução por meio de embargos, que serão autuados em apenso aos autos processo principal.

DIREITO PENAL / PROCESSO PENAL

31. No cômputo do prazo em Direito Penal:

- () a) Inclui-se o dia do começo (início), excluído, conseqüentemente, o dia do vencimento (final);
- () b) Exclui-se o dia do começo (início) e computa-se o dia do vencimento (final);
- () c) Sábados, domingos e feriados são excluídos;
- () d) Exclui-se do dia do começo (início) se for sábado, domingo ou feriado e computa-se o dia do vencimento (final).

32. Detração pena significa:

- () a) A análise da conduta do criminoso para saber se agiu com dolo ou culpa;
- () b) O cômputo, na pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória;
- () c) Punição para o condenado que tenta evadir-se do presídio;
- () d) O cumprimento da pena e, regime mais rigoroso, em virtude de nova condenação.

33. No concurso formal:

- () a) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços;
- () b) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um terço a dois terços;
- () c) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um terço até a metade;
- () d) Aplica-se a mais grave das penas cabíveis, ou se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade.

34. O condenado por crime hediondo à pena privativa de liberdade de 6 (seis) anos de reclusão, reincidente específico em crimes desta natureza:

- () a) Tem direito ao livramento condicional, preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos e, cumprido mais de um terço da pena;
- () b) Tem direito ao livramento condicional, preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos e, cumprido mais da metade da pena;
- () c) Tem direito ao livramento condicional, preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos e, cumprido mais de dois terços da pena;

- () d) Não tem direito ao livramento condicional.
35. A imputabilidade penal, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa, são elementos da:
- () a) Ilicitude;
- () b) Culpabilidade;
- () c) Punibilidade;
- () d) Tipicidade.
36. Os regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade previstos no atual ordenamento jurídico penal são:
- () a) Regime de reclusão, detenção e prisão simples;
- () b) Regime fechado, semi-aberto e aberto;
- () c) Regime de segurança máxima e média;
- () d) Regime integral e parcial.
37. Não são institutos da parte geral do Código Penal, exceto:
- () a) Perdão do ofendido;
- () b) Tipos penais permissivos;
- () c) Perdão judicial;
- () d) Escusas absolutórias.
38. Utiliza-se a terminologia *tentativa inidônea* ou *tentativa inadequada* para tratar de:
- () a) Crime impossível;
- () b) Desistência voluntária;
- () c) Arrependimento eficaz;
- () d) Arrependimento anterior.
39. Se a autoridade policial concluir que o fato apurado no inquérito policial não constitui crime, deverá:
- () a) Abrir novo inquérito policial contra a pessoa que deu início à investigação;
- () b) Arquivar os autos do inquérito e, posteriormente, no prazo de 24 horas, comunicar à autoridade judiciária;
- () c) Encaminhar os autos do inquérito à autoridade judiciária, que determinará o seu arquivamento, após o requerimento do órgão do Ministério Público;
- () d) Informar à Corregedoria de Polícia para que se tome as providências cabíveis.
40. Cuidando-se de ação penal privada subsidiária da pública, o ilustre representante do *Parquet*:
- () a) Não poderá aditar a queixa-crime, nem intervir nos atos subseqüentes do processo;
- () b) Poderá aditar a queixa-crime, mas não intervir nos autos subseqüentes do processo;
- () c) Não poderá aditar a queixa-crime, mas poderá intervir nos atos subseqüentes do processo;
- () d) Poderá aditar a queixa-crime e deverá intervir nos atos subseqüentes do processo.
41. A prisão preventiva, uma vez, decretada de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou do querelante, no curso do inquérito policial ou da instrução criminal:
- () a) Pode ser revogada se, no decorrer do processo, verificar-se a falta de motivos para que a

- mesma subsista;
- b) Só pode ser revogada pelo tribunal de justiça competente;
 - c) Uma vez revogada ou cassada, não pode ser novamente decretada;
 - d) Não impede que o juiz, cessados o motivos que a determinaram, conceda liberdade provisória ao réu, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação.
42. Nos processos de competência do tribunal do júri, com mais de um réu, haverá:
- a) Um só libelo para todos os réus;
 - b) Um libelo para cada réu;
 - c) Separação do julgamento;
 - d) Um libelo bifronte para todos os réus.
43. O *habeas corpus*:
- a) Destina-se a sanar qualquer coação ilegal, mesmo que para sua demonstração se torne indispensável a dilação probatória;
 - b) Poderá ser impetrado de ofício pelo juiz, sempre que o ato por ele praticado configurar coação ilegal;
 - c) Poderá ser impetrado por qualquer pessoa, inclusive pelo membro do Ministério Público, em favor do réu, mesmo sem procuração;
 - d) Não é cabível para argüir nulidade processual, pois para esta finalidade o Código de Processo Penal destinou as alegações finais e as razões recursais.
44. A decisão que defere ou indefere pedido de restituição de coisas apreendidas é impugnável mediante:
- a) Apelação;
 - b) Recurso em sentido estrito;
 - c) Recurso de agravo;
 - d) Mandado de segurança.
45. Havendo fundadas dúvidas à versão oferecida pelo acusado por ocasião de seu interrogatório judicial, o juiz poderá reinterrogá-lo:
- a) A todo tempo;
 - b) Antes de oferecida a defesa prévia;
 - c) Antes do oferecimento das alegações finais, pelas partes;
 - d) Até o término da instrução criminal.

DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

46. Observe a seguinte passagem: [...] não basta que o empregador invoque o art. 486 para que se faça a citação da pessoa de direito público. Pode o juiz desde logo verificar que não é caso de sua aplicação. A citação pressupõe que a alegação tenha visos de fundamento. A paralisação pode não ser da empresa. O artigo se aplica quando a atividade, objeto do contrato, torna-se impossível. Se o empregador sabia, desde o início da relação, que sua atividade era precária, assumiu-lhe o risco e não pode exonerar-se do pagamento.” (Maranhão, Délio e Carvalho, Luiz Inácio Barbosa. *Direito do Trabalho*. RJ, 17ª. Edição, FGV, página 259). O assunto foi bastante discutido recentemente no Brasil e se relaciona com o seguinte evento e sua consequência jurídica:
- a) A greve nacional da categoria bancária, e a responsabilidade das empresas públicas

- envolvidas;
- () b) O fechamento dos bingos, por ato de autoridade, o que poderia constituir *factum principis*;
 - () c) O fechamento dos bingos, por ato de autoridade, o que poderia constituir *factum regius*;
 - () d) A greve nacional da categoria bancária, e a responsabilidade pelo pagamento dos aposentados.
47. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas:
- () a) É facultada a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação;
 - () b) É obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo 30 minutos, salvo acordo ou convenção coletiva de trabalho;
 - () c) É facultada a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, salvo acordo ou convenção coletiva de trabalho;
 - () d) É obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo 1(uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.
48. Da assertiva: “Para que se configure o contrato de trabalho, dele devem resultar prestação e contraprestação, obrigações recíprocas e correspondentes” (MARANHÃO, Délio e CARVALHO, Luiz Inácio Barbosa. *Direito do Trabalho*. FGV, RJ, 17ª. Edição, 1993), pode-se extrair, como consequência, as seguintes características:
- () a) Oneroso e sinalagmático;
 - () b) Aleatório e sinalagmático;
 - () c) Aleatório e *intuitu personae*;
 - () d) Sinalagmático e *intuitu personae*.
49. Observe a seguinte passagem de Maurício Godinho Delgado: “O princípio da *dupla qualidade* informa que a pessoa filiada tem de ser, ao mesmo tempo, em sua cooperativa, *cooperado* e cliente, auferindo as vantagens dessa duplicidade de situações. [...] O princípio da *retribuição pessoal diferenciada* é a *diretriz jurídica* que assegura ao cooperado um conjunto complexo de vantagens comparativas de natureza diversa muito superior ao patamar que obteria caso atuando destituído da proteção cooperativista” (Curso de Direito do Trabalho, LTR, SP, 2002, páginas 323/24). Pela leitura observa-se que o autor propõe que evidenciada a desarmonia aos dois princípios indissociáveis e obrigatórios, teríamos como consequência jurídica a:
- () a) Caracterização do trabalho autônomo;
 - () b) Caracterização do trabalho cooperativado, excludente lógico-jurídico da relação de emprego, pressuposto do parágrafo único do artigo 442 da CLT;
 - () c) Caracterização do trabalho eventual;
 - () d) Caracterização da relação de emprego, se presentes os seus elementos fático-jurídicos, apesar da excludente do parágrafo único do artigo 442 da CLT.
50. Das decisões interlocutórias no processo do trabalho, podemos afirmar que a regra geral é:
- () a) O cabimento de agravo de instrumento;
 - () b) O cabimento de agravo de petição;
 - () c) O descabimento de recursos imediatos, salvo hipótese de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal ou no acolhimento de exceção de incompetência;
 - () d) A aplicação do princípio da subsidiariedade do processo civil, promovendo o agravo

retido.

51. Nas reclamações trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, é **incorreto** afirmar que:
- () a) O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente;
 - () b) Será admitido recurso de revista das decisões que derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado o Tribunal;
 - () c) Não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado;
 - () d) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a administração Pública direta, autárquica e fundacional.
52. Os embargos a execução poderão ser apresentados pelo executado:
- () a) No prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento do mandado de citação;
 - () b) No prazo de 8 (oito) dias, a partir do recebimento do mandado de citação;
 - () c) No prazo de 5 (cinco) dias, garantida a execução ou penhorados os bens;
 - () d) No prazo de 8 (oito) dias, garantida a execução ou penhorados os bens.
53. Maurício Godinho Delgado pondera: “É necessário, porém, distinguir-se entre unicidade e unidade sindical. A primeira expressão (unicidade) traduz sistema pelo qual a lei impõe a presença na sociedade do sindicato único. A segunda expressão (unidade) traduz a estruturação ou operação unitárias dos sindicatos em sua prática, fruto de sua maturidade, e não de imposição legal” (op. Cit., página 1308). Em consequência, podemos afirmar:
- () a) O sistema sindical adotado no Brasil é o da unicidade sindical;
 - () b) O sistema sindical adotado no Brasil é o da unidade sindical;
 - () c) O sistema sindical adotado no Brasil é o da pluralidade sindical;
 - () d) A unicidade sindical foi adotada pela Convenção nº 87 da OIT.
54. Com relação às assertivas abaixo:
- (I) “O aumento real, concedido pela empresa a todos os seus empregados, somente pode ser reduzido mediante a participação efetiva do sindicato profissional no ajuste”
- PORQUE**
- (II) “o artigo 7º, VI da Constituição federal prevê a irredutibilidade salarial, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo”
- Assinale a alternativa correta que reflita o posicionamento majoritário da jurisprudência:
- () a) As duas assertivas são verdadeiras e a segunda (II) justifica a primeira (I);
 - () b) A segunda (II) assertiva é falsa e justifica a primeira (I);
 - () c) Apenas a segunda (II) assertiva é verdadeira e não justifica a primeira (I);
 - () d) As duas assertivas são falsas.
55. A jurisprudência tem afirmado que a quitação passada pelo empregado, com a assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com a observância dos requisitos do artigo 477 da CLT, tem eficácia liberatória:
- () a) Geral, sem possibilidade de ressalvas, não valendo como título executivo extrajudicial;
 - () b) Em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas;
 - () c) Em relação aos valores expressamente consignados;
 - () d) Geral, sem possibilidade de ressalvas, valendo como título executivo extrajudicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

56. A motivação em relação à exoneração de cargo comissionado é:
- a) Condição de existência do ato;
 - b) Condição de validade do ato;
 - c) Condição de eficácia do ato;
 - d) Desnecessária.
57. Um ato administrativo discricionário irrazoável é:
- a) Lícito e convalidável;
 - b) Lícito e não passível de convalidação;
 - c) Ilícito e convalidável;
 - d) Ilícito e não passível de convalidação.
58. “Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público”. Este enunciado caracteriza o princípio do(a):
- a) Devido processo legal substantivo;
 - b) Eficiência;
 - c) Objetividade;
 - d) Moralidade.
59. No âmbito da Administração Pública Federal, pode(m) ser objeto de delegação a(s):
- a) Decisão de recursos administrativos;
 - b) Edição de atos de caráter normativo;
 - c) Aprovação de pareceres jurídicos;
 - d) Matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
60. O Secretário de Cultura do Município de Coité do Nória qualifica-se como:
- a) Agente administrativo;
 - b) Funcionário público;
 - c) Servidor público;
 - d) Agente político.
61. Qual dos seguintes institutos surgiu com a Reforma Administrativa de 1998 (Emenda Constitucional nº. 19):
- a) Regime jurídico único para os servidores públicos;
 - b) Aposentadoria voluntária;
 - c) Regime de subsídios;
 - d) Teto para as várias formas de remunerações no âmbito do serviço público.
62. Assinale a assertiva correta:
- a) O servidor público federal deve obedecer as ordens superiores, inclusive aquelas manifestamente ilegais;
 - b) O exercício do poder de polícia é uma das hipóteses constitucionalmente previstas para a instituição de impostos;
 - c) São exemplos de restrições que podem ser impostas pelo Estado sobre a propriedade privada: ocupação temporária, tombamento, servidão administrativa e desapropriação;

- () d) A desapropriação indireta é uma das modalidades da retrocessão ou da trestinação.
63. Assinale a assertiva correta:
- () a) O regramento do concurso público pela Constituição de 1988 não aboliu todas as formas de provimento derivado de cargo público;
- () b) O núcleo mais relevante do regime jurídico-administrativo brasileiro é composto por normas-regras;
- () c) O princípio da hierarquia manifesta-se no exercício de todas as funções estatais (administrativas, legislativas e judiciais);
- () d) O princípio da obrigatoriedade de licitação caracteriza como inconstitucionais as hipóteses legais de dispensa e inexigibilidade de licitação.
64. Assinale a assertiva correta:
- () a) O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular legitima o confisco de bens particulares como forma do exercício direto e imediato do poder de polícia da Administração Pública;
- () b) Presume-se, até prova em sentido contrário, que os atos administrativos foram adotados com observância da lei;
- () c) A anulação de atos administrativos efetivada pelo Poder Judiciário com efeitos *ex tunc* envolve; necessariamente um juízo de reprovação no seio do espaço de discricionariedade do administrador público;
- () d) A presença de cláusulas exorbitantes é característica comum aos contratos administrativos e aos contratos privados.
65. Assinale a assertiva correta:
- () a) A Administração Pública Centralizada da União é composta por entes ou entidades;
- () b) O poder de *dar ordens* aos subordinados, decorrente da hierarquia, reclama previsão legal expressa no âmbito de cada órgão público;
- () c) A idéia de serviço público, embora mutável ao longo do tempo, encontrou, em passado recente, notável consenso doutrinário;
- () d) As agências reguladoras brasileiras estão sendo criadas como autarquias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

66. A empresa **Cajazeiras Forte**, produtora de aparelhos para exercício físicos, recolheu a maior o imposto sobre produtos industrializados, incidente sobre a saída dos referidos produtos vendidos a terceiros, tendo sido incluído no preço de venda o montante do tributo. Verificando o equívoco, a referida empresa postulou junto ao órgão da Receita Federal que fosse reconhecido o pagamento indevido e restituído o seu montante. A Receita Federal reconheceu o pagamento indevido, tendo, todavia, decidido, quanto à restituição da quantia recolhida indevidamente, em face da legislação de regência, o seguinte:
- () a) Proceder a restituição à Cajazeiras Forte, como conseqüência de ter reconhecido o pagamento anterior como indevido;
- () b) Não efetuar a restituição à Cajazeiras Forte, enquanto ela não provar que, tendo transferido o encargo financeiro do tributo a terceiro, este expressamente a autoriza a receber tal quantia;

- c) Efetuar a restituição a quem foi o adquirente dos produtos;
- d) Não efetuar a restituição, por se tratar de equívoco insuscetível de correção na esfera administrativa, somente podendo ser reparado judicialmente por ação anulatória.

67. A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos prescreve:

- a) 2 anos;
- b) 5 anos;
- c) 1 ano;
- d) 20 anos.

68. O ouro quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do (...) devido na operação de origem:

- a) IOF;
- b) IR;
- c) ICMS;
- d) IPI.

69. A cobrança judicial do crédito tributário:

I. não está sujeita a concurso de credores ou habilitação em inventário

II. no caso de falência, é sujeita à habilitação

III. no caso de concordata, não é sujeita à habilitação nem ao concurso de credores

IV. no arrolamento sujeita-se ao concurso de credores, mas não à habilitação

- a) V,V,F,F;
- b) F,V,V,F;
- c) V,F,F,V;
- d) V,F,V,F.

70. Levando-se em conta que os créditos correspondentes a obrigações tributárias não resultaram de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto, é pessoalmente responsável o:

- a) Pai, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- b) Adquirente, pelos tributos devidos em relação aos bens adquiridos;
- c) Inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- d) Tutor, pelos tributos devidos por seus tutelados.

71. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- a) Dispensa do cumprimento de obrigação acessória;
- b) A capitulação legal do fato;
- c) A natureza da penalidade aplicável;
- d) As circunstâncias matérias dos fatos geradores.

72. De acordo com Constituição Federal, o Município de Cajazeiras não participa do produto da arrecadação do:

- a) IPI;
- b) ITCD;

- c) ITR;
- d) ICMS.

73. **Severus Paraibanus**, possui pequena propriedade, com 10 hectares, na zona rural de Brazlândia, Distrito Federal, onde cultiva morango com a ajuda de sua família e não possui outro imóvel. Em face da Constituição Federal, podemos afirmar que a propriedade:

- a) Estará sujeita ao ITR, pois, mede 10 hectares, não estando, portanto, beneficiada pela não-incidência constitucional;
- b) Estará sujeita ao ITR, pois, medindo 10 hectares, já não está abrangida pela imunidade;
- c) Está imune da incidência do ITR, por ser definida pela lei como pequena gleba rural;
- d) Está isenta da incidência do ITR, por previsão legal.

74. Dois dos impostos a seguir terão alíquotas estabelecidas pelo Senado Federal. Assinale a alternativa em que eles se encontram:

- a) IPI, IOF;
- b) ITCD e ICMS;
- c) ISS e ICMS;
- d) IPVA e ICMS.

75. Uma lei tributária é aplicada a fato anterior a sua vigência quando:

- a) Extingue um tributo;
- b) Reduz a alíquota de um tributo;
- c) Institui substituição tributária;
- d) Deixa de definir como infração um ato não definitivamente julgado.

DIREITO COMERCIAL

76. Empresa, estabelecimento e empresário como institutos jurídicos são, respectivamente:

- a) Atividade, instrumento de atividade e sujeito de direito;
- b) Sociedade, universalidade de direito e sujeito de direito pessoa física;
- c) Sociedade, universalidade de fato e sujeito de direito;
- d) Atividade, imóvel da sede e sócio majoritário.

77. É CORRETO afirmar, quanto ao livro de “Atas de Assembleias Gerais” e fichas de escrituração do comerciante que, respectivamente:

- a) É obrigatório à Ltda e facultativo à S/A; e contra o comerciante ou terceiros nada provam, salvo quando devidamente registrados na junta comercial;
- b) É obrigatório à S/A e à Ltda; e contra as pessoas com quem negocia o comerciante fazem prova plena, mesmo que não tenham cumprido as formalidades legais;
- c) É obrigatório à S/A e facultativo à Ltda; e somente provam a favor do comerciante quando mantidos com observância das formalidades legais e a lei não exigir outro meio de prova;
- d) É facultativo à S/A e à Ltda; e contra o comerciante não têm valor probante, salvo quando corroborados por outros documentos e provas.

78. Os direitos relativos à propriedade industrial:

- () a) Têm a sua proteção assegurada em todo o território nacional, até mesmo por sociedade estrangeira, mediante depósito das patentes e marcas no Departamento Nacional do Registro do Comércio;
- () b) São protegidos exclusivamente com base em tratados internacionais dos quais o Brasil é parte;
- () c) Concedidos apenas às pessoas físicas residentes no Brasil e às sociedades constituídas de acordo com as leis brasileiras, que mantenham a sede de sua administração em território brasileiro;
- () d) São garantidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial através da concessão de privilégios e de registros;

79. O direito de recesso na sociedade limitada consiste na possibilidade de:

- () a) Retirarem-se da sociedade os sócios não gerentes, sempre que discordarem da administração social pelos sócios gerentes ou pelos gerentes delegados;
- () b) Retirar-se da sociedade o sócio minoritário, sempre que discordar de alteração do contrato social;
- () c) Retirar-se da sociedade qualquer dos sócios, sempre que lhe convier;
- () d) Exclusão da sociedade pelo sócio majoritário de qualquer dos sócios minoritários, sempre que algum destes discordar das deliberações sociais.

80. Nas Sociedades Anônimas, referentes aos direitos ou vantagens que confirmam aos seus titulares, as ações podem ser:

- () a) Nominativas e nominativas endossáveis;
- () b) Nominativas e ao portador;
- () c) Ordinárias, preferenciais ou de gozo;
- () d) Preferenciais, com valor nominal e escriturais.

81. Durante o termo legal da falência uma dação em pagamento implica em:

- () a) Produção de efeitos jurídicos desde que o bem não caracterize venda ou transferência do estabelecimento comercial ou industrial;
- () b) É válida e eficaz no caso de constituição de direito real de garantia anterior;
- () c) É revogável desde que se comprove a intenção de prejudicar credores;
- () d) Reposição obrigatória à massa dos bens transferidos ao credor.

82. Em uma sociedade anônima seus administradores:

- () a) Podem tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia, para proveito próprio, desde que autorizados pela assembleia geral ou pelo conselho de administração;
- () b) Mesmo que em condições razoáveis e equitativas, idênticas às condições prevalecentes no mercado não podem, em hipótese alguma, contratar com a sociedade;
- () c) Em hipótese alguma poderão recusar-se a prestar informação sobre fato relevante, quando essa informação for solicitada em assembleia geral ordinária por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social;
- () d) Desde que paguem o valor de mercado desses bens podem adquirir, para revenda, bens de terceiros, mesmo que tenham conhecimento de que também a companhia tencionava adquiri-los.

83. No direito cambiário, em regra, é CORRETO afirmar que:

- () a) O endosso da nota promissória vincula o endossante como co-obrigado pelo pagamento

- do título;
- b) Letra de câmbio é promessa de pagamento com data determinada;
 - c) A letra de câmbio deve ser assinada pelo devedor;
 - d) O cheque é uma ordem de pagamento à vista, sendo que qualquer menção em contrário o inutiliza como título de crédito.
84. Quanto a nota promissória já protestada por falta de pagamento:
- a) O endosso não transfere a propriedade do título;
 - b) O endosso não produz efeitos jurídicos;
 - c) O endosso é nulo;
 - d) O endosso não impede que o devedor oponha ao endossatário as exceções pessoais que tinha contra o endossante.
85. É INCORRETO afirmarmos que uma clínica de fisioterapia que desenvolva pesquisas e que é organizada de forma tal que o exercício de suas atividades constitua elemento de empresa:
- a) Será considerada empresária;
 - b) É considerada não empresária, dada sua natureza intelectual, científica ou literária;
 - c) Deve, obrigatoriamente, ter sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede;
 - d) Não pode ser constituída na forma de sociedade simples.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**:

86. A concepção sociológica de Constituição indica que a Carta Magna:
- a) É a decisão política fundamental do Estado, contendo normas fundamentais, tais como estrutura do Estado, organização do Poderes e direitos fundamentais;
 - b) É a norma hipotética fundamental, ou seja, o vértice do ordenamento jurídico;
 - c) É a soma dos fatores reais de poder, de nada valendo o texto escrito quando contrário a tais fatores;
 - d) É o resultado de um processo de interpretação conduzido à luz da publicidade, ou seja, pelos intérpretes da sociedade aberta e pluralista.
87. Sobre o poder constituinte, pode-se afirmar que:
- a) O poder constituinte derivado é subordinado e condicionado, podendo apresentar-se sob a forma de poder constituinte reformador e poder constituinte decorrente;
 - b) O poder constituinte decorrente é aquele que permite a alteração do texto constitucional por meio de emendas;
 - c) O processo de revisão constitucional é idêntico ao processo de emenda à Constituição, no que tange ao procedimento e limites;
 - d) São limites materiais do poder constituinte derivado aqueles decorrentes de determinadas circunstâncias que impossibilitam a reforma constitucional.
88. A interpretação conforme a Constituição:
- a) Constitui técnica de decisão, em sede de controle abstrato de constitucionalidade, segundo

a qual a Corte Constitucional fixa o sentido da norma impugnada compatível com o texto da Constituição;

- b) Apresenta-se como meio de declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, retirando-os definitivamente do ordenamento jurídico;
- c) Não existe no ordenamento jurídico brasileiro;
- d) É o meio pelo qual o Supremo Tribunal Federal informa ao legislador ordinário que a lei ou ato normativo impugnado está passando por um processo de inconstitucionalização.

89. As medidas provisórias:

- a) Não têm qualquer limite material expresso no texto constitucional;
- b) Terão a sua votação iniciada na Câmara dos Deputados;
- c) Se perderem a eficácia por decurso de prazo, não produzirão quaisquer efeitos quanto aos atos praticados no período de sua vigência, independentemente de regulamentação;
- d) Podem ser adotadas se presente um de seus requisitos: relevância ou urgência.

90. São hipóteses de extinção do mandato de Deputado ou Senador:

- a) Ausência injustificada à terça parte das sessões ordinárias da respectiva Casa e perda ou suspensão dos direitos políticos;
- b) Infração da proibição de firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público e aceitação de função ou emprego remunerado em autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista;
- c) Procedimento incompatível com o decoro parlamentar e infração da proibição de ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;
- d) Condenação criminal em sentença transitada em julgado e patrocínio de causa em que sejam interessadas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

91. A regra do quinto constitucional:

- a) Exige que seja reservado um quinto dos lugares dos tribunais brasileiros, estaduais e superiores, para membros do Ministério Público e advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada;
- b) Não está prevista no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro de forma expressa;
- c) Impõe que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios seja preenchido por membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;
- d) Não se aplica ao Supremo Tribunal Federal, mas impõe-se ao Superior Tribunal de Justiça, em que um quinto dos Ministros são provenientes das carreiras do Ministério Público e Advocacia Pública.

92. A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público:

- a) Somente pode acontecer por decisão fundamentada do Supremo Tribunal Federal;
- b) No sistema brasileiro, em virtude da cláusula de reserva de plenário, somente será tomada pelo voto da maioria absoluta dos membros dos tribunais ou dos membros do respectivo órgão especial;
- c) Não é possível no ordenamento jurídico brasileiro, em virtude do princípio da separação de poderes;
- d) Pode ser tomada no âmbito dos órgãos fracionários dos tribunais, desde que presentes todos os magistrados que compõem a turma ou seção.

93. A representação para fins de intervenção federal:
- () a) É instituto novo no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, introduzido pela Constituição de 1988, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal é provocado a intervir nos estados-membros para reestabelecer a ordem e segurança públicas;
 - () b) Pode ser ajuizada pelo Procurador-Geral da República e pelo Advogado Geral da União;
 - () c) Depende de provimento pelo Supremo Tribunal Federal, de representação de Advogado Geral da União, no caso de recusa à execução de lei federal;
 - () d) Tem como objetivo assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis.
94. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto:
- () a) Têm eficácia contra todos, mas não são dotadas de efeito vinculante, pois este é vedado no ordenamento jurídico brasileiro;
 - () b) Não têm eficácia contra todos, mas é dotada de efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, estadual e municipal;
 - () c) Têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal;
 - () d) Têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo.
95. Os princípios constitucionais possuem pelo menos três funções: a fundamentadora, a interpretativa e a supletiva. Sobre elas é **ERRADO** afirmar que:
- () a) A função fundamentadora estabelece as diretrizes de todo o sistema jurídico, possuindo eficácia normativa derogatória e diretiva;
 - () b) A função interpretativa permite aos princípios constitucionais preencher lacunas para manter a completude e integridade do ordenamento jurídico;
 - () c) A função supletiva é aquela prevista no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil: “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e princípios gerais de Direito.”
 - () d) São princípios interpretativos os postulados da interpretação constitucional, tais como a supremacia da constituição, unidade da constituição, máxima efetividade e harmonização.
91. A regra do quinto constitucional:
- () a) Exige que seja reservado um quinto dos lugares dos tribunais brasileiros, estaduais e superiores, para membros do Ministério Público e advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada;
 - () b) Não está prevista no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro de forma expressa;
 - () c) Impõe que um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios seja preenchido por membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;
 - () d) Não se aplica ao Supremo Tribunal Federal, mas impõe-se ao Superior Tribunal de Justiça, em que um quinto dos Ministros são provenientes das carreiras do Ministério Público e Advocacia Pública.

92. A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público:
- a) Somente pode acontecer por decisão fundamentada do Supremo Tribunal Federal;
 - b) No sistema brasileiro, em virtude da cláusula de reserva de plenário, somente será tomada pelo voto da maioria absoluta dos membros dos tribunais ou dos membros do respectivo órgão especial;
 - c) Não é possível no ordenamento jurídico brasileiro, em virtude do princípio da separação de poderes;
 - d) Pode ser tomada no âmbito dos órgãos fracionários dos tribunais, desde que presentes todos os magistrados que compõem a turma ou seção.
93. A representação para fins de intervenção federal:
- a) É instituto novo no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, introduzido pela Constituição de 1988, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal é provocado a intervir nos estados-membros para reestabelecer a ordem e segurança públicas;
 - b) Pode ser ajuizada pelo Procurador-Geral da República e pelo Advogado Geral da União;
 - c) Depende de provimento pelo Supremo Tribunal Federal, de representação de Advogado Geral da União, no caso de recusa à execução de lei federal;
 - d) Tem como objetivo assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis.
94. A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto:
- a) Têm eficácia contra todos, mas não são dotadas de efeito vinculante, pois este é vedado no ordenamento jurídico brasileiro;
 - b) Não têm eficácia contra todos, mas é dotada de efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, estadual e municipal;
 - c) Têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal;
 - d) Têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo.
95. Os princípios constitucionais possuem pelo menos três funções: a fundamentadora, a interpretativa e a supletiva. Sobre elas é **ERRADO** afirmar que:
- a) A função fundamentadora estabelece as diretrizes de todo o sistema jurídico, possuindo eficácia normativa derogatória e diretiva;
 - b) A função interpretativa permite aos princípios constitucionais preencher lacunas para manter a completude e integridade do ordenamento jurídico;
 - c) A função supletiva é aquela prevista no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil: “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e princípios gerais de Direito.”
 - d) São princípios interpretativos os postulados da interpretação constitucional, tais como a supremacia da constituição, unidade da constituição, máxima efetividade e harmonização.

Nº questão	Resposta
001	A
002	C
003	B
004	C
005	C
006	A
007	D
008	X
009	A
010	D
011	A
012	B
013	C
014	C
015	B
016	A
017	A
018	A
019	X
020	C
021	X
022	D
023	X
024	D
025	A
026	A
027	A
028	B
029	X
030	D
031	A
032	B
033	D
034	D
035	B
036	B
037	A
038	A
039	C
040	D
041	A
042	B
043	C
044	X
045	A
046	B
047	D
048	A
049	D
050	C
051	B
052	C
053	A
054	A
055	B

056	D
057	D
058	A
059	C
060	D
061	C
062	C
063	A
064	B
065	D
066	B
067	A
068	A
069	D
070	B
071	A
072	B
073	C
074	X
075	D
076	A
077	C
078	D
079	B
080	X
081	D
082	A
083	A
084	D
085	B
086	C
087	A
088	A
089	B
090	A
091	C
092	X
093	D
094	C
095	B
096	D
097	C
098	D
099	D
100	C